



FOTO 22 – Cultivo de soja pertencente à Usina São José (Três Ladeiras, Igarassu).

3.2.2 POLICULTURA

As áreas acima indicadas abrangem 6,3% da superfície do Litoral Norte (tabela 16) e apresentam-se como ocorrências esparsas, situadas tanto no interior como na periferia das áreas de cana-de-açúcar e de granjas, fazendas e chácaras bem como no entorno de aglomerados urbanos, sobretudo daqueles localizados na porção sul-oriental do espaço em estudo (mapa 02).

No que se refere à distribuição espacial, a maior parte das áreas de policultura localiza-se no município de Abreu e Lima (28,2%) seguido, de perto, por Goiana (24,3%) e Igarassu (21,8%), concentrando os três municípios 74,3% das áreas policultoras do Litoral Norte (tabela 17). Entretanto, quando se considera a participação desse padrão de uso do solo na superfície dos municípios (tabela 16), a expressão das áreas de policultura reduz-se, significativamente, frente a outras formas de uso e ocupação do solo, caindo para 17,5% em Abreu e Lima, onde a cobertura florestal lidera a ocupação do solo e para 4,2% em Goiana e 6,3% em Igarassu, onde a cana-de-açúcar monopoliza, respectivamente, 52,6 e 35,6% da superfície municipal.

Ocupando posição secundária na economia rural dos municípios do Litoral Norte, a policultura é uma atividade praticada em pequenas propriedades originárias, sobretudo, de assentamentos rurais que abrangem quase setenta e cinco por cento das áreas policultoras do setor litorâneo em causa. O restante dessas áreas está constituído por sítios, em geral, resultantes do parcelamento (por herança) de sítios maiores e de fazendas de coco ou do loteamento de partes de engenhos.

Os primeiros assentamentos rurais da área datam dos anos setenta e foram implantados em terras dos Engenhos Novo e Caiana (1973) e Itapirema do Meio (1978) – os dois primeiros localizados no município de Abreu e Lima e o terceiro, no município de Goiana. No entanto, somente na segunda metade dos anos oitenta e ao longo dos anos noventa, intensifica-se a implantação de assentamentos rurais no Litoral Norte (quadro 05).

**QUADRO 05 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO - ASSENTAMENTOS RURAIS
IMPLANTADOS PELO INCRA E PELO FUNTEPE,
NO PERÍODO 1973-1999**

ASSENTAMENTO RURAL (ANO DE IMPLANTAÇÃO)	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	ÁREA (HÁ)	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA MÉDIA DOS LOTES (HA)
Engenheiros Novo e Caiana (1973)	Abreu e Lima	936,95	213	4,4
Engenho Itapirema do Meio (1978)**	Goiana	749,64	16	46,85
Sítio Inhamã (1981)	Igarassu	465,86	122	3,82
Colônia Agrícola Ulisses Pernambucano (1987)*	Igarassu	404,96	97	4,17
Engenho Regalado (1987)	Abreu e Lima	222	40	5,55
Pitanga I (1987)	Igarassu	698,381	112	6,23
Pitanga II (1989)	Igarassu e Abreu e Lima	849,441	125	6,79
Engenho Pituaçu (1989)*	Itaquitinga	86,25	59	1,46
Engenho Gutiúba (1989)*	Itaquitinga	50,07	90	0,56
Engenho Ubu (1996)	Goiana, Igarassu e Itapissuma	1509,6	185	8,16
Fazenda Boa Vista (1997)	Goiana	113	15	7,53
Santo Antonio do Norte (1999)	Itaquitinga	284	38	7,47
TOTAIS	---	6 370,15	1 112	5,73

FONTE: INCRA. Relação de Projetos de Assentamento do Incra em Pernambuco. Maio de 2000.

FUNTEPE. Relação das Áreas de Assentamento do FUNTEPE, por Município, 2000.

_____. Demonstrativo das Áreas de Assentamento, por Esfera de Governo, em Pernambuco. Outubro de 1995.

PESQUISA DE CAMPO realizada no período de julho a dezembro de 1999.

(*) Assentamento rural implantado pelo FUNTEPE (Fundo de Terras do Estado de Pernambuco).

(**) Assentamento rural integrante da área de cana-policultura.

(I) Área líquida parcelada, excluídas as áreas destinadas a preservação permanente, estradas e equipamentos de uso coletivo.

Alguns desses imóveis localizam-se em áreas de relevo bastante acidentado, solos rasos com afloramentos rochosos e predominância de altas declividades, a exemplo dos Engenhos Novo, Caiana, Santo Antônio do Norte (foto 23) e Gutiúba, todos na extremidade ocidental da área, onde as formações sedimentares cedem lugar aos terrenos cristalinos. Os demais assentamentos têm a maior parte de suas terras em tabuleiros (foto 24) e relevos suave-ondulados das Formações Barreiras, Beberibe e Gramame, cujos solos, embora espessos, são originários dos depósitos arenosos que recobrem, freqüentemente, as duas primeiras formações. Com exceção dos assentamentos Santo Antônio do Norte, Pituáçu, Fazenda Boa Vista, Engenho Ubu e Sítio Inhamã, onde existe relativa abundância de água durante todo o ano, nos demais, a falta desse recurso, sobretudo na estação seca, constitui forte limitação à atividade agropecuária.

Atividade característica de pequenas propriedades, a policultura é praticada em imóveis cuja área total raramente ultrapassa dez hectares e cuja área média situa-se entre 3,5 e 8,5 hectares, nos assentamentos rurais implantados pelo INCRA e entre 0,5 e 4,2 hectares nos do FUNTEPE (quadro 05), sendo inferior a cinco hectares na maior parte dos sítios. Alguns desses imóveis, no entanto, chegam a medir até três contas (0,15 ha), em assentamentos do FUNTEPE e a reduzir-se ao “chão da casa” e a um pequeno quintal, em alguns sítios, a exemplo dos localizados ao sul de Tejucoapapo.

Tendo como marca principal a diversificação agrícola, a policultura da área envolve uma gama variada de cultivos (foto 25) e o criatório de animais de pequeno porte. Dentre as culturas praticadas no conjunto das áreas policultoras em apreço, sobressaem: macaxeira (foto 24), inhame, banana, mandioca e maracujá, secundadas por milho, feijão, batata-doce, amendoim, frutas (coco, mamão, graviola, acerola, manga, jaca, caju, goiaba, abacate, limão e abacaxi) e hortaliças (coentro, cebolinha, tomate, alface, chuchu, pimentão, couve, repolho, quiabo, maxixe, melão e melancia). A horticultura localiza-se nas várzeas que têm disponibilidade de água o ano inteiro e é praticada com irrigação manual. A adubação orgânica é utilizada nas hortaliças, enquanto a adubação com produto químico e com torta de usina são as mais usadas nos outros cultivos comerciais.



FOTO 23 – Policultura em encosta com declive acentuado (Assentamento Rural Engenho Santo Antônio do Norte, Itaquitinga).



FOTO 24 – Policultura em topo plano de tabuleiro da Formação Barreiras. Cultura de macaxeira no primeiro plano e fruteiras no segundo plano (Assentamento Rural Pitanga I – Área 2, Abreu e Lima)

O beneficiamento da produção resume-se à atividade das casas de farinha existentes, em maior número, nas áreas onde o cultivo de mandioca ou de macaxeira figuram entre os mais expressivos dentre os praticados nos estabelecimentos agrícolas, a exemplo dos assentamentos rurais Engenho Regalado onde existem 4 casas de farinha, Pitanga I (foto 26) que possui 3 unidades do gênero, Inhamã e sítios de Carobé de Cima, entre outros, cada um com 2 casas de farinha.

A atividade pecuária das áreas de policultura abrange a criação de “galinha de capoeira”, para consumo da família, secundada por animais de médio porte (porco, cabra) e umas poucas cabeças de gado bovino (*mestiço*), principalmente nos imóveis maiores. A apicultura é pouco praticada nas áreas em análise, ocorrendo com maior expressão apenas em dois assentamentos (Engenho Ubu e Pitanga I).

A produtividade das culturas das áreas em questão é, em geral, muito baixa, em consequência do baixo potencial natural dos solos, associado à ausência de práticas de correção/recuperação desse recurso (correção do *ph*, adubação, rotação de culturas, combate à erosão), de uso de sementes selecionadas, de irrigação fora das várzeas etc. Quando os produtores utilizam algumas dessas práticas, as culturas beneficiadas apresentam produtividade superior à média do Estado e da região, a exemplo da macaxeira que alcançou, em 1999, 15 a 20 toneladas/ha (média atual da Zona da Mata, 10 a 12 toneladas/ha) e do inhame que varia de 7 t/ha (cultivado sem irrigação) a 15-20 t/ha (quando irrigado), não dispondo-se, para essa cultura, de dados relativos à produtividade no Estado nem na região.

Esses dados mostram que a produtividade agrícola média das áreas policultoras reflete não só as condições naturais das mesmas mas, sobretudo, o apoio técnico e financeiro à atividade. No tocante a essas áreas, os programas de apoio ao pequeno produtor priorizam os novos assentamentos rurais mas, dispõem de poucos recursos para atender à demanda desse segmento da policultura, que se ressentem, ainda, do atraso na liberação dos recursos obtidos.



FOTO 25 – Diversidade de cultivos em parcelas do Assentamento Rural Engenho Pituaçu (Itaquitinga).



FOTO 26 – Casa de Farinha no Assentamento Rural Engenho Regalado (Abreu e Lima).

Em termos concretos, os novos assentados têm recebido assistência técnica do Projeto LUMIAR (no momento, suspenso) e da EBAPE (Empresa de Abastecimento e Extensão Rural de Pernambuco, ex-EMATER/PE) e apoio financeiro de Programas do Governo Federal, tais como o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, através do BNB, disponibilizam recursos para investimento e para custeio da produção.

Além do apoio dos programas acima mencionados, os produtores dos assentamentos rurais contam com apoio do PRORURAL/BNB que está-se propondo a financiar projetos para avicultura de corte, piscicultura, instalação de casa de farinha comunitária e melhoria das barracas de comercialização da produção à margem da BR-101 (no assentamento Engenho UBU) e para perfuração de poço comunitário (nos assentamentos Pitanga I e Inhamã).

O excedente do consumo familiar, juntamente com o produto das culturas comerciais (nem sempre existente), compõe a produção comercializável das áreas policultoras que é vendida ao atravessador – agente responsável pela comercialização de cerca de 70 a 80% do produto agrícola das citadas áreas. A venda ao atravessador é efetuada tanto nas feiras e na CEASA (Centrais de Abastecimento de Pernambuco) como nos locais de produção, onde o preço pago ao produtor é, em geral, muito baixo.

A falta de transporte, a distância do mercado e o estado precário das rodovias, principalmente durante a estação chuvosa, leva a que a venda do produto no próprio estabelecimento agrícola seja a alternativa utilizada pela grande maioria dos pequenos produtores das áreas em apreço, com grandes perdas para os mesmos. Em Abreu e Lima, no entanto, o deslocamento da produção dos assentamentos até a feira tem sido facilitado pela Prefeitura que envia, todo sábado, uma *caçamba* para apanhar a produção dos parceiros.

Uma outra forma de comercialização utilizada por alguns produtores, embora em menor escala, é a “venda na pedra” (venda direta ao consumidor) nas feiras de Goiana, Tejucopapo, Araçoiaba, Itaquitinga, Igarassu, Cruz de Rebouças, Abreu e Lima e Camaragibe e, no caso específico dos produtores do Engenho Ubu, a venda em barracas improvisadas por ditos produtores à margem da BR-101, no trecho em que essa rodovia corta o assentamento. Essas formas de comercialização, embora corrijam distorções inerentes à venda ao atravessador, ainda são pouco utilizadas pelos pequenos agricultores, visto somente serem acessíveis a um pequeno número de produtores e viáveis para a comercialização de uma parte reduzida da produção.

A mão-de-obra utilizada nas áreas de policultura é, basicamente, a da família que, quando não é a única de que lança mão o agricultor, chega a representar, em média, 80% da força de trabalho requerida pela atividade. Disso resulta que a utilização do trabalho assalariado nessas áreas tem caráter eventual e se restringe aos estabelecimentos maiores que, em geral, recorrem à própria comunidade para atender suas necessidades de mão-de-obra assalariada.

No que concerne à organização rural, verifica-se existir essa prática quase que apenas entre os produtores dos assentamentos rurais, visto ser a mesma incentivada pelo INCRA e exigida pelas instituições financiadoras dos projetos agrícolas. Tal prática, no entanto, enfrenta, na maior parte dos assentamentos, dificuldades para se consolidar ou fortalecer, por tratar-se de experiência nova para a totalidade dos pequenos agricultores.

Dentre os assentamentos do Litoral Norte, apenas no Engenho Ubu a associação de produtores conta com uma boa participação dos filiados, embora nem todos estejam com a contribuição de associado atualizada. Nesse assentamento, a boa participação dos produtores na associação tem como motivação as lutas e conquistas da entidade em benefício de seus integrantes. Por outro lado, a falta de participação e a inadimplência da grande maioria dos associados, nos demais assentamentos, têm como consequência o enfraquecimento (político e material) desse importante instrumento de defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais.

Diante do exposto, as áreas de policultura do Litoral Norte apresentam uma gama variada de problemas, dentre os quais sobressaem: a) a baixa fertilidade do solo (em todas as áreas); b) a falta de água, na superfície e na sub-superfície, impossibilitando a prática de irrigação, em várias áreas; c) predomínio de altas declividades, em algumas áreas; d) inexistência de cobertura vegetal adequada à proteção dos recursos hídricos, do relevo e do solo, em áreas críticas; e) falta de apoio financeiro para os produtores dos sítios e dos assentamentos antigos (totalmente emancipados); f) falta de capacitação técnica da totalidade dos pequenos produtores; g) baixa produtividade das culturas; h) inexistência de unidades de beneficiamento dos produtos da fruticultura; i) dificuldade de transporte para deslocamento da produção até o mercado; j) falta de infra-estrutura de comercialização (locais para armazenamento, conservação e venda) da produção; k) falta de conservação das rodovias secundárias que se tornam intransitáveis no período chuvoso; l) forte presença do atravessador na comercialização dos produtos; m) inexistência/incipiência de organização dos produtores na maior parte das comunidades analisadas; n) forte adensamento populacional em algumas áreas policultoras, associado a intensa fragmentação da terra, sobretudo na periferia de núcleos urbanos; o) falta de equipamentos e serviços básicos (posto médico, ambulância, posto telefônico, escola, esgotamento sanitário, coleta de lixo etc), nas comunidades integrantes das áreas de policultura.

Como tendências dessas áreas, sobressaem: a) a de crescimento da produção, sobretudo da fruticultura, nas áreas onde as condições naturais e/ou técnicas apresentam-se menos restritivas; b) a de persistência da migração da força de trabalho jovem, especialmente nas áreas onde o adensamento populacional inviabiliza a sobrevivência da família ampliada; c) a de aumento do número de assentamentos rurais, sobretudo em áreas onde a produção de cana-de-açúcar vem sendo mais atingida pela crise do setor sucroalcooleiro; e d) a de crescente urbanização das áreas policultoras contíguas aos núcleos urbanos mais dinâmicos.

3.2.3 - CANA-POLICULTURA

Compreende o segmento espacial localizado na porção sul-ocidental do município de Goiana, correspondente ao Assentamento Rural Engenho Itapirema do Meio (mapa 02). Criado pelo INCRA, em 1978, o referido assentamento abrangia uma área de 750 hectares, desmembrada do engenho homônimo, e dividida em 16 parcelas com área média de 46,8 ha. Da área original, restam apenas dois terços e, dos primeiros parceleiros, tão somente cinco (cerca de um terço).

A área apresenta topografia predominantemente plana – cerca de 80% está em tabuleiro -, solo arenoso, recursos hídricos (superficiais e sub-superficiais) escassos e cobertura florestal bastante degradada, restrita a pequenos trechos de algumas encostas.

Dos onze proprietários atuais, a maior parte tem a cana como cultura principal, secundada por coco anão, mamão, maracujá, macaxeira, inhame, graviola, acerola, mandioca, feijão e milho, cultivados sem irrigação. O criatório se resume a umas poucas galinhas de capoeira.

No cultivo da cana, os produtores utilizam correção do solo, gradagem e sulcagem (com auxílio de trator), herbicida e adubação química. Nas demais culturas, utilizam apenas adubação orgânica e fazem aplicação de pesticida. Com exceção da cana que é cultivada com mão-de-obra familiar e assalariada (proveniente de Itaquitinga, de Sapé e do próprio assentamento), os demais cultivos são realizados com a força de trabalho da família.

Sem apoio financeiro e orientação técnica, a agricultura da área em análise conta com recursos escassos (dos próprios agricultores) resultando em baixa produtividade agrícola, inclusive da cana cuja média é 50 t/ha, caindo para 25-30 t/ha, com a seca. A do coco anão é 30 frutos/pé, colhidos a cada 45 dias, sem irrigação. Com irrigação, a produtividade média da cultura é 50 frutos/pé.